

# Sarney quer acompanhar a votação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney convocou para o meio-dia de hoje, no Palácio do Planalto, uma reunião com 12 ministros e as lideranças do governo no Senado e na Câmara para definir logo uma estratégia que assegure a votação do mandato ainda esta semana, na Constituinte. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que passou o dia ontem ao telefone convidando os participantes, Sarney quer embarcar para os Estados Unidos, no próximo domingo, com os cinco anos de mandato assegurados, certo de que isso repercutirá positivamente quando discursar para lideranças de diversos países nas Nações Unidas (ONU).

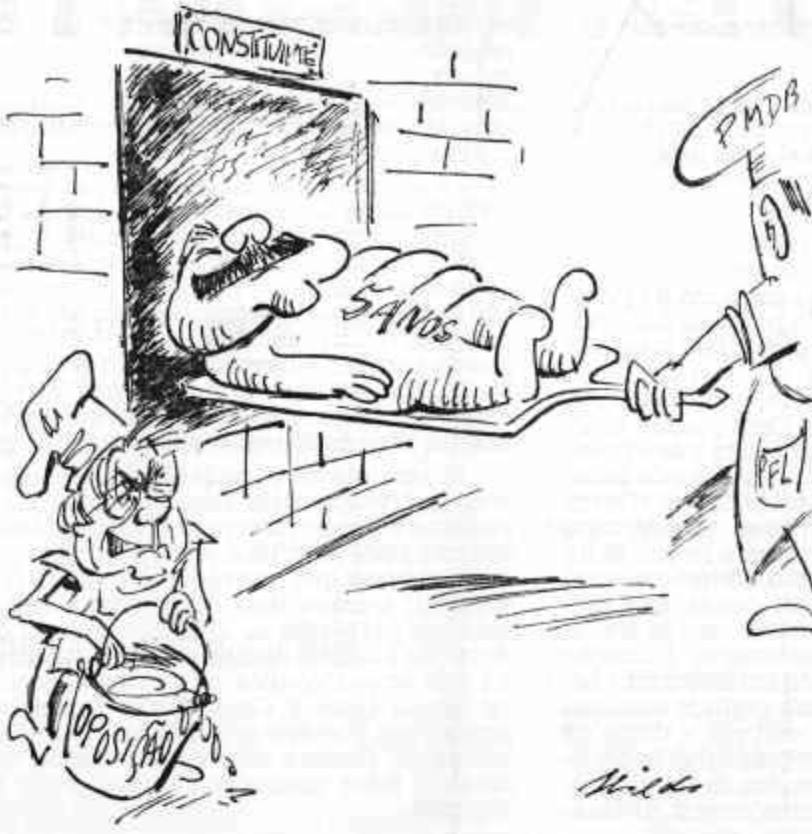
Costa Couto admitiu, porém, a possibilidade de o governo deparar com a obstrução premeditada de alguns segmentos do PMDB e de outros partidos, o que dificultaria o exame das disposições transitórias da Constituição até sexta-feira. Para esse caso, se recomenda às correntes pró-Sarney e ao Centrão sair do plenário, impedindo também a votação de outros artigos polêmicos, como a anistia para os militares punidos.

Os dois casos são hipotéticos.

Há mais chances de o mandato do presidente Sarney ser votado logo. Ainda ontem Costa Couto foi informado pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) de que o capítulo referente aos índios, em pauta a partir de hoje, pode ser resolvido em algumas horas. As questões polêmicas dessa matéria, por acordo informal de lideranças, devem ser transferidas para a legislação ordinária.

A estratégia governista consiste, basicamente, em garantir a presença dos constituintes em Brasília esta semana. A avaliação dos ministros serve para o governo contabilizar os votos favoráveis, desfavoráveis e indecisos, concentrando esforços nestes últimos, para fechar o placar com 320 votos.

Segundo Ronaldo Costa Couto, durante o feriado prolongado o presidente Sarney aproveitou para descansar no sítio de São José do Pericumã, seguindo conselho médico. "Ele está com o astral alto", afirmou Costa Couto depois de acompanhar o presidente numa ducha de água fria. "E vai descarregar toda a energia nas negociações políticas da semana." No isolamento do sítio, Sarney aproveitou para fazer os primeiros esboços do discurso que irá proferir na III Sessão da Assembleia Geral da ONU para questão do desarmamento.



## Sant'Anna trabalha para garantir 5 anos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A partir de hoje, caso se conclua a votação do capítulo dos índios, o último do bloco permanente da futura Carta, a liderança do governo na Constituinte estará preparada para decidir a questão do mandato do presidente José Sarney. A informação foi dada pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que passou o dia de ontem no seu gabinete convocando parlamentares e controlando seu comparecimento ao plenário.

Sant'Anna garantiu que a bancada governista estará no Congresso a partir de hoje para evitar qualquer surpresa. Embora todas as previsões indiquem quarta-feira como o dia da votação do mandato do atual presidente, a liderança governista prefere não arriscar e estará com seus comandados à disposição para a eventualidade de uma votação inesperada.

O deputado baiano declarou não ter motivos para desacreditar o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que garantiu não estar interessado em postergar a votação do mandato. Apesar disso, Sant'Anna acredita na possibilidade de obstrução, que poderá ser suspensa no momento em que o adversário perceber que não há número suficiente para aprovar o mandato de cinco anos para Sarney. Daí a convocação de todos os parlamentares fiéis ao governo a partir de hoje.

Sant'Anna informou que o mandato do atual presidente é tratado no artigo 4º das disposições transitórias, mas o artigo 2º e 3º serão considerados prejudicados por disporem sobre matéria parlamentarista. Assim, depois da emenda do Centrão, será considerada a emenda do deputado Matheus Iensen, que fixa o mandato de Sarney em cinco anos, sem mencionar a data da posse de seu sucessor.

# Ulysses vai tentar acordo hoje

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, estará reunido hoje com as lideranças partidárias para fechar o acordo final de votação das Disposições Transitórias, que ele não quis definir quando será: "Se eu marco o dia, vocês querem a hora; se marco a hora, querem o minuto. Então eu não marco nada. Será o dia que tiver de ser, assim que o Título VIII for concluído". O último capítulo da Ordem Social, que trata da questão indígena, deverá entrar em votação hoje. O único ponto de discordância é com relação ao "Índio aculturado". A dúvida é se ele terá ou não tratamento diferenciado na futura Constituição.

Ulysses, o relator Bernardo Cabral e o deputado Adolfo Oliveira trataram ontem dos critérios técnicos e políticos para a votação das Disposições Transitórias: "São 446 emendas e destaques e é preciso que se agrupem as semelhantes para apressar a votação", disse o relator. "A reunião com as lideranças adiantará pelo menos uma semana nas votações", completou Ulysses, para quem muitas propostas serão prejudicadas.

Bernardo Cabral acredita que o texto básico do Centrão será aprovado, ressalvados os destaques. E



Cabral, Adolfo e Ulysses reúnem-se para discutir votação

prevê muita polêmica em torno de três pontos: mandato, anistia aos militares e perdão da dívida dos pequenos empresários. Após a aprovação do texto-base, os constituintes analisarão artigo por artigo. E o primeiro a entrar em discussão, que fala do compromisso de cumprir a nova Carta, já traz consigo uma antecipação da definição do mandato. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) tem emenda dispondo que, na sessão solene de promulgação da Constituição, haverá convocação de eleição presidencial dentro de 45 dias.

Segundo Bernardo Cabral, se aprovada a emenda Lavor, não haverá prejuízo para a proposta do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), dando cinco anos de mandato a Sarney. O argumento do relator é de que a emenda Iensen é coletiva e modificativa, enquanto a de Lavor é aditiva. Pelo regimento interno, emenda modificativa tem preferência sobre a aditiva.

A previsão do relator é de que o segundo turno de votações começará no dia 1º de julho, se não houver manobras de obstrução. O regimento interno diz que, encerrado o primeiro turno, o relator terá sete dias para preparar a redação da matéria aprovada. Mas Ulysses Guimarães já pediu que Cabral reduza esse tempo, apressando a promulgação da nova Constituição.

# Anistia custaria 140 bilhões só à Marinha

A extensão da anistia a afastados do serviço militar ativo por atos administrativos "com motivação política", a reintegração dos anistiados ao serviço ativo e o recebimento dos soldos atrasados até a data da punição, se aprovados pela Constituinte, darão à Marinha um prejuízo de Cz\$ 140 bilhões. Só para se ter uma idéia da dimensão dessa quantia, o orçamento da Força é de Cz\$ 80 bilhões. Portanto, só com pagamento dos efeitos das mais de 20 emendas que os partidos de esquerda apresentam à disposição transitória, a ser votada possivelmente esta semana — logo após a questão do mandato do presidente —, a Marinha pode arcar com significativa despesa de quase o dobro de sua receita.

As contas são apresentadas, em Brasília, pelo ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, segundo quem as motivações dos que lutam por esses três objetivos nem sempre são as mais nobres. Em entrevista ao Estado, Sabóia cita o exemplo do mais ativo líder dos afastados, o comandante Ferro Costa, que — se passassem tais emendas — receberia, de acordo com seus cálculos, Cz\$ 47 milhões, ou seja, um verdadeiro prêmio da Sena. "Mas não são apenas preocupações financeiras que temos. As principais preocupações são com a disciplina, causadas pela eventual reintegração de pessoas desatualizadas em termos de preparo intelectual e físico. Como essas pessoas poderão comandar oficiais treinados e que se submetem durante todo esse tempo ao rigorosíssimo processo seletivo da Marinha?", perguntou.

Além disso, caso se aprovasse a anistia, o ministro da Marinha defendeu a tese de que os militares punidos por atos de exceção, já foram anistiados diversas vezes. A primeira, pelo decreto-lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, assinado pelo presidente Figueiredo e seu Ministério, anistiou todos os militares punidos por atos de exceção desde 2 de setembro de 1961. Na segunda, pela emenda constitucional nº 26, de 1985, já na Nova República, os anistiados foram beneficiados com promoções e passaram a receber mais.

"Os textos da Comissão de Sistematização e do Centrão dão uma terceira anistia e a estendem aos punidos de 1934 até hoje, atualizando-lhes os soldos. Qualquer um dos dois textos é redundante e significa a necessidade de mais recursos para a folha de pagamento, mas estamos dispostos a aceitá-los, até porque não nos move — como dizem os defensores da reintegração — nenhum sentimento menos nobre ou mais mesquinho. Não somos contra a anistia e estamos pagando religiosamente aos anistiados pelo decreto-lei e pela emenda constitucional, sem nenhum problema. O certo é que a anistia já foi dada. Emendas, como a do deputado Aloísio Teixeira, só para dar um exemplo, é que não podemos aceitar, sob pena de

não termos como pagar nossa folha e se instalarem a desordem e a indisciplina, incompatíveis com a organização de uma Força Armada", disse o ministro Henrique Sabóia.

A respeito desse assunto, o almirante e seus assessores passaram os últimos dias conversando, em longas reuniões, com os líderes dos principais grupos formados no plenário da Constituinte, inclusive o líder da bancada majoritária do PMDB, senador Mário Covas. Nessas conversas, os assessores do ministro da Marinha têm explicado aos parlamentares — levando-os até as instalações do Ministério no Rio — que a carreira militar passa por um rigoroso sistema seletivo obrigatório, com cursos, embarques, exercícios de funções e contatos com equipamentos, tão levados a sério que, se um oficial passar três ou quatro anos afastado, não terá condições de retomar o ritmo normal e disputar as listas de promoção, que funcionam como um "funil estreito" (de 40 capitães só dez são promovidos a contra-almirantes, para dar apenas um exemplo de topo de carreira).

"Como pode um homem desligado há 24 anos do serviço comandar outro em dia com cursos, embarques e funções?", continuou o ministro. Segundo ele, "além disso, há uma questão de justiça. Durante o tempo em que ficaram punidos, esses homens não prestaram serviço público, tiveram uma vida exclusivamente privada. Como seu colega, o jornalista Milton Temer, para dar um exemplo. Por que a sociedade haverá de lhes pagar por um tempo em que não prestaram nenhum serviço público?"

O almirante Henrique Sabóia prevê também, caso passe alguma emenda estendendo os benefícios da anistia aos punidos por atos administrativos com motivação política, um verdadeiro entupimento dos canais do Poder Judiciário. Ele calcula que, de 1964 para cá, só a Marinha excluiu de seus serviços normais cerca de 12 mil homens, por atos administrativos. Como esses atos são, na maioria das vezes, de caráter disciplinar, podem ser considerados "com motivação política" (uma definição muito ampla) e, por isso mesmo, levados a juízo. "Qualquer capitão que for excluído da lista de promoções, preparada pelos almirantes, pode alegar um motivo político, uma vez que o julgamento no topo da carreira é apenas subjetivo, e exigir sua promoção na Justiça. Isso provocará um verdadeiro pandemônio", acredita o ministro da Marinha. Só do último exemplo, a Força calcula que haja 720 casos.

"Não há rancor nem rancor de nossa parte, como pretendem os defensores das emendas que combatemos. Por isso, aceitamos os textos da Comissão de Sistematização e do Centrão. Aliás, não é verdade que temos feito pressão sobre a Constituinte. Apenas nos organizamos e temos tido a capacidade de explicar bem nossas razões aos líderes. Esta é a causa da boa receptividade de nossas teses nas reuniões que promovemos", concluiu o almirante Henrique Sabóia.

# Arinos diz que vai renunciar

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) anunciou ontem que vai renunciar ao mandato, em data ainda não definida, e aguarda apenas a conclusão da transição político-institucional, para avaliar qual a contribuição, por sua experiência de 40 anos de vida pública, que ainda pode proporcionar ao País. Apesar de quatro décadas de intensa participação política e de vários mandatos de deputado e senador, Arinos confessou: "É muito difícil apontar a saída para a crise política do Brasil, que considero tão grave quanto a crise econômica".

Aos 62 anos, o senador disse que está disposto a cuidar da sua vida. Apesar de não admitir publicamente, certamente influiu na sua decisão a amargura de ver derrotado na Constituinte seu projeto parlamentarista e o fisiologismo que em grande parte domina a atividade política no Brasil, que ele já condenava

na antiga UDN, da qual foi líder na Câmara.

"A situação do Brasil hoje está grave", afirmou. "Veja o Rio de Janeiro. O Rio atualmente tem cenas de guerrilha social. A fermentação social existente no Rio é preocupante. Acredito que a crise política é grave, assim como a crise econômica e a social. Mas não sei como resolver o problema. Eu não sei, é difícil indicar uma solução."

### ÊNFASE AO SOCIAL

Arinos não abre mão da tese que defendeu na Comissão Constitucional e na Constituinte, como presidente da Comissão de Sistematização: a necessidade de se dar ênfase ao social. O anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais conferiu tal prioridade ao social que recebeu várias classificações pela imprensa, até mesmo a de que se tratava de uma proposta social-democrata.

Em todas as ocasiões em que o

anteprojeto foi classificado de estatizante, Afonso Arinos disse que o Estado, no Brasil, deve assumir certas responsabilidades sociais que não cumpriu nas últimas décadas. Entre todas as propostas que apoiou, entretanto, uma ele fez questão de lembrar: a destinada à adoção do sistema parlamentarista de governo. Mesmo os críticos mais duros do anteprojeto reconheceram que se nos planos social e econômico ele fortaleceu o Estado, no político criava salvaguardas para a garantia dos direitos do cidadão.

O senador afirmou que basta um político de São Paulo, "com a grande força eleitoral do Estado" chegar à Presidência da República e decidir adotar o parlamentarismo que "ele fatalmente será aprovado pelo Congresso". O Brasil, ao seu ver, tem instituições frágeis em decorrência do presidencialismo. "No Brasil, o presidencialismo tem contribuído para as crises dos 99 anos de República", concluiu.



Afonso Arinos

## Ferro Costa reduz anistiados

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O recelo da radicalização e a perspectiva do impasse na votação do texto da anistia nas disposições transitórias da Constituinte está levando o grupo de militares cassados, chefiados pelo comandante Paulo Henrique Ferro Costa, a tentar fechar acordo com as lideranças políticas em torno de uma fusão de emendas. O resultado seria a concessão de benefícios, através de aposentadoria, apenas aos 1.509 marinheiros punidos por atos administrativos de motivação política.

"Se perdermos", diz o comandante Ferro Costa, "iremos recorrer ao Supremo Tribunal Federal e será pior para todos, inclusive para os ministérios militares, pois estaremos dando início a um processo de argentinização no Brasil. Muita coisa que ainda não veio à tona será desenterrada e aí o que estará em questão será o movimento de 64".

O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, e os assessores militares do Exército, no entanto, não dão mostras de muita preocupação com a ameaça e descartam a possibilidade de qualquer acordo em torno da anistia proposta pelos textos do Centrão e da Sistematização, os únicos que aceitam, já que não aumentam ganhos financeiros de ninguém e nem prevêm a reintegração. Na verdade, os militares já garantiram no capítulo das Forças Armadas que os atos administrativos da área militar não são passíveis de habeas corpus nem de apreciação por parte do Judiciário.

Ferro Costa corrigiu dados publicados domingo pelo Estado: como capitão-de-fragata recebe Cz\$ 179.730,00 e não Cz\$ 240.000,00. E disse que em momento nenhum defendeu a anistia do ex-cabo Anselmo "porque, segundo consta, ele era um agente provocador utilizado pelos militares para dar o golpe".